

Imposições levarão à ruptura, avisa Setúbal

O presidente do Banco Itaú, Olavo Egydio Setúbal, reconhece que existe hoje, nos principais segmentos da sociedade, um consenso sobre a necessidade de renegociação da dívida externa, com duas correntes predominantes. Uma que defende a renegociação segundo os princípios básicos do mercado financeiro internacional. Isso significa que devedor e credor examinam a situação, identificam o que cada um pode fazer e chega-se a um acordo. Setúbal se coloca nessa corrente por entender que o Brasil não tem meios de impor condições que provocariam uma ruptura com os credores.

Há uma segunda corrente que preconiza posição mais radical por parte do Brasil, exigindo dos credores um novo acordo, com juros mais baixos e fixos. Isso significa que, além de menor remuneração para os empréstimos renegociados, o País ficaria livre das flutuações de taxas. Para Setúbal, os banqueiros internacionais não aceitariam essa imposição, embora estejam dispostos a negociar prazos e refinanciamentos das parcelas vencidas e, possivelmente, até dos juros.

POSIÇÃO DOS CREDORES

Os representantes de bancos estrangeiros no Brasil passaram a adotar, desde o final do ano passado, quando o governo brasileiro começou a suspender o pagamento de alguns compromissos, uma posição bastante cautelosa. "O efeito de qualquer comentário que eu fizesse hoje cairia amanhã sobre minha cabeça. Ou descontento o pessoal do Banco Central ou corro o risco de provocar a ira de minha matriz em Nova York", explicou o representante de um grande banco dos EUA.

"Um país como o Brasil, que de-

pende de importação de petróleo e de uma série de matérias-primas que, mesmo importadas em quantidades relativamente pequenas, são indispensáveis para manter suas indústrias funcionando, não se pode desentender com os credores", observou a mesma fonte. Na sua opinião, não tem sentido as pressões que alguns segmentos da sociedade tentam fazer sobre os ministros da área econômica para que imponham condições na renegociação. "Isso seria como dizer a um corretor que ele precisa vender meu apartamento até segunda-feira, por um determinado preço. É uma exigência absurda. Não se pode agir contra o mercado", comentou.

PLANO COERENTE

Para esse representante de banco dos EUA, a exigência de uma taxa fixa de juros só será possível se alguma instituição internacional, como o FMI ou o Banco Mundial, assumisse os riscos de uma oscilação: se as taxas de mercado subissem, essas instituições pagariam a diferença aos bancos credores e, se caíssem ganhariam a diferença.

Em relação aos prazos de pagamento e períodos de carência, os representantes de bancos estrangeiros consideraram que tudo isso pode ser discutido numa mesa de negociação, desde que o País tenha uma plano coerente de recuperação econômica aprovado pelo FMI. Nesse sentido, consideraram coerente o recente documento assinado por líderes empresariais brasileiros que recomenda a definição de um programa interno antes de se tentar uma renegociação. Eles discordam, porém, em geral, da posição pessoal de alguns signatários do documento que recomendam a imposição de condições por parte do governo brasileiro.